MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**Repartição do Gabinete do Ministro****Decreto n.º 237/72**

de 18 de Julho

Considerando que pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 364/70 o Serviço de Telecomunicações Militares, criado pelo Decreto-Lei n.º 38 568, de 20 de Dezembro de 1951, passou a ser um dos órgãos fundamentais da arma de transmissões;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O Serviço de Telecomunicações Militares passa a depender do director da Arma de Transmissões.

Art. 2.º — 1. O Serviço de Telecomunicações Militares é constituído pelos seguintes órgãos:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Exploração;
- c) Divisão de Reabastecimento, Instalações e Manutenção;
- d) Divisão de Administração;
- e) Centro de Instrução.

2. O quadro do pessoal do Serviço é constituído por pessoal dos quadros aprovados por lei da arma de transmissões e constará de portaria do Ministro do Exército,

na qual se incluirão as atribuições dos diferentes órgãos do Serviço.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Promulgado em 10 de Julho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Direcção-Geral dos Negócios Económicos****Aviso**

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do Serviço de Relações Exteriores do Principado do Mónaco, o pedido de adesão do Governo da Tailândia à Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional, concluída no Mónaco em 3 de Maio de 1967, foi aprovado por dois terços dos Estados partes na Convenção.

Nos termos do artigo xx da Convenção, esta entrou em vigor, em relação à Tailândia, em 13 de Março de 1972.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 23 de Junho de 1972. — O Adjunto do Director-Geral, *Luis Alberto de Vasconcelos Góis Fernandes Figueira.*

7.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros, por seu despacho de 5 do corrente, autorizou a seguinte transferência de verba, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma:

Capítulo	Artigos	Rubricas	Inscrição	Anulação
		Despesa ordinária		
5.º	96.º	Alimentação e alojamento — Em espécie	-\$-	3 000\$00
5.º	96.º-A	Alimentação e alojamento — Compensação de encargos	3 000\$00	-\$-
			3 000\$00	3 000\$00

7.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 7 de Julho de 1972. — O Chefe, *Manuel António de Carvalho.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS**Direcção-Geral das Construções Hospitalares****Decreto n.º 238/72**

de 18 de Julho

Tendo em vista as disposições do artigo 1.º do Decreto n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral das Construções Hospitalares a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção do novo Hospital Distrital de Faro, pela importância de 109 134 862\$50.

Art. 2.º — 1. O encargo resultante da execução do contrato referido no artigo anterior não poderá, em cada ano, exceder as seguintes quantias:

Em 1972	12 000 000\$00
Em 1973	45 000 000\$00
Em 1974	23 000 000\$00
Em 1975	29 134 862\$50

2. A importância fixada para o ano seguinte será acrescida do saldo apurado no ano que lhe antecede.

Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Rui Alves da Silva Sanches.

Promulgado em 10 de Julho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.